



PARECER PRÉVIO Nº 93/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11881/2018.

Apenso: Processo nº 11197/2017

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça – Prefeito Municipal de Presidente Figueiredo

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICERP, DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6691/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas Anuais da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, referentes ao exercício de 2017 (U.G: 452), de responsabilidade do **Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça**, Prefeito Municipal, à época, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional nº 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº 09/1997.



PARECER PRÉVIO Nº 93/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 93/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 93/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11881/2018.

Apenso: Processo nº 11197/2017

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Sr. Romeiro José Costeira de Mendonça -

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 6691/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo. Exercício de 2017.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas anuais:

10.1.1. descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.1.2. descumprimento do prazo de publicação referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3o, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC no 101/00;



ACÓRDÃO Nº 93/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 93/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.1.3.** descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;
- 10.1.4.** descumprimento do prazo de publicação referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, §2º da LC no 101/00;
- 10.1.5.** ausência de divulgação em meio eletrônico de acesso público, em consulta realizada em 24/04/2018, das informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Acesso à Informação, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal;
- 10.1.6.** descumprimento das metas bimestrais de arrecadação estabelecidas no art. 13 da LRF;
- 10.1.7.** descumprimento da meta de resultado primário conf. art. 9º da LRF;
- 10.1.8.** divergência encontrada entre a PCA (Processo 11881/18) e o RREO – 6º bimestre/17;
- 10.2.** **Determinar** o encaminhamento desse Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas;
- 10.3.** **Determinar** à Secretaria de Controle Externo-SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às **Contas de Gestão** mencionadas nos **itens de 01 a 25 da DICOP e de 26 a 67 da DICAMI, bem como aqueles referentes à possível imputação de multas dos itens 65 a 72** que se referem a Atos de Governo, todas listadas na fundamentação do Voto;



ACÓRDÃO Nº 93/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 93/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho destes autos ao interessado, bem como à Câmara Municipal de Presidente Figueiredo e à Prefeitura Municipal.

11. **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. **Data da Sessão:** 11 de Julho de 2023.

13. **Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14. **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral